



AS CIDADES INVISÍVEIS: A DEMORA NO TOMBAMENTO DE OEIRAS NO PIAUÍ (CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

Camila Ferreira

Universidade de Brasília | ferreira.camila@aluno.unb.br

Sessão Temática 9: CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA

Resumo: Este artigo aborda as relações entre o patrimônio cultural e a memória em conjuntos históricos brasileiros. O enfoque da pesquisa está em observar como, ao longo dos anos, uma noção monumentalista e colonial do patrimônio cultural no Brasil levou ao silenciamento de narrativas e ao apagamento histórico de comunidades locais. Para exemplificar o exposto, utilizaremos o processo de reconhecimento de Oeiras, no Piauí, para refletir sobre a demora no tombamento de cidades consideradas de “menor valor” patrimonial e a relação desse tombamento tardio com as políticas de determinação de valor do patrimônio cultural brasileiro. Por fim, este texto busca apresentar ponderações no campo da pesquisa histórica e urbanística sobre como emergir de uma epistemologia colonial para uma postura mais descentralizada na identificação do patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio cultural; Oeiras; memória

INVISIBLE CITIES: THE DELAY IN THE HERITAGE LISTING OF OEIRAS IN PIAUÍ

Abstract: *This article examines the relationship between cultural heritage and memory in Brazilian historical sites. The research focuses on how, over the years, a monumental and colonial notion of cultural heritage in Brazil has led to the silencing of narratives and the historical erasure of local communities. To illustrate this, the recognition process of Oeiras, in Piauí, is used as a case study to reflect on the delay in heritage listing of cities deemed of 'lesser value' and how this delayed recognition correlates with policies that define the value of Brazilian cultural heritage. Finally, the text aims to offer insights in the field of historical and urban research on how to transition from a colonial epistemology to a more decentralized approach in identifying heritage.*

Keywords: *cultural heritage; Oeiras; memory*

LAS CIUDADES INVISIBLES: LA DEMORA EN LA DECLARACIÓN PATRIMONIAL DE OEIRAS EN PIAUÍ

Resumen: *Este artículo aborda las relaciones entre el patrimonio cultural y la memoria en conjuntos históricos brasileños. La investigación se centra en cómo, a lo largo de los años, una noción monumentalista y colonial del patrimonio cultural en Brasil ha llevado al silenciamiento de narrativas y al borrado histórico de las comunidades locales. Para ejemplificar lo expuesto, se utiliza el proceso de reconocimiento de Oeiras, en Piauí, para reflexionar sobre la demora en la declaración patrimonial de ciudades consideradas de 'menor valor' y la relación de este reconocimiento tardío con las políticas que determinan el valor del patrimonio cultural brasileño. Finalmente, este texto busca presentar reflexiones en el campo de la investigación histórica y urbanística sobre cómo emerger de una epistemología colonial hacia una postura más descentralizada en la identificación del patrimonio.*

Palabras clave: *patrimonio cultural; Oeiras; memoria*

A MEMÓRIA, A PRÁTICA MONUMENTAL E O APAGAMENTO DOS DEMAIS PATRIMÔNIOS

“As cidades e a memória” é uma das categorias de Calvino (2017) para falar das cidades que têm uma intrínseca relação com o seu passado. O fascínio desses lugares de memória sempre está no tempo. Zaíra é uma dessas cidades faladas pelo personagem Marco Polo:

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 2017, p. 16).

Zaíra há tempos vinha revelando seu passado, fosse nas suas características mais banais ou até mesmo pelas ruas. Entretanto, ainda assim, ela por si própria não pôde contar sua história. Zaíra mesmo sendo uma cidade literária não é muito diferente das reais urbes brasileiras. Apesar que, de forma clara, a memória de uma cidade esteja explícita nos seus aspectos urbanísticos: Quem tem o poder de contar a história das cidades? Quem define o que é importante a ponto de ser escrito nas bulas oficiais?

O historiador Jacques Le Goff nos ilumina nessas indagações, especialmente em suas reflexões sobre memória e cidade. Le Goff (1996) entende a memória como uma construção seletiva e, frequentemente, vinculada aos interesses de poder e de grupos dominantes. Ele destaca que os lugares de memória, como as cidades, não são neutros, e são marcados por quem decide o que será lembrado e o que será esquecido:

Se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a História, como todas as ciências, tem como norma a verdade (LE GOFF, 1996, p. 32).

Le Goff defende a verdade por parte do historiador, embora este não seja o único personagem capaz de escrever sobre a cidade. À medida que avançamos na cronologia do espaço urbano é possível observar que outras forças se mostram mais atuantes na construção e escrita de narrativas sobre a urbe. Agentes como o Estado, a Religião e as forças econômicas vão moldar não só a forma de contar a história das cidades, mas também sua identidade e espaço físico (MUNFORD, 1998).

Nesse sentido, essas narrativas de poder levam um jogo de perspectivas de elementos estratégicos do passado. Imaginemos a cidade como um espaço repleto de espelhos, à medida que as forças de dominação crescem alguns espelhos são cobertos, e outros distorcidos. A ótica nem sempre será a mesma desde então e esse tipo de ação só pode favorecer a um grupo específico de dominação do espaço urbano. O que é preservado ou apagado na história das cidades não é um acaso, mas resultado de decisões políticas e econômicas que muitas vezes reforçam a narrativa de quem detém o poder, ficando claro que a construção da memória é uma batalha de forças.

O historiador Richard Morse com amplos estudos sobre a América Latina e suas cidades consegue nos ajudar um pouco além de Le Goff (1973) ao constatar a grande influência colonial nas cidades latinas. Essa influência não estaria se refletindo apenas nos aspectos formais da cidade, mas se estenderia para as questões sociais, onde as comunidades colonizadas reproduzem as relações econômicas e de poder do colonizador (MORSE, 1982).

Essa relação onde a história da cidade é fruto de narrativas moldadas atinge também a memória de uma comunidade. E é a partir de então que podemos observar muitos apagamentos sobre o passado de um lugar, principalmente quando analisamos a história oficial, contadas por aqueles que durante muitos anos puderam escrevê-la. No caso da América Latina colonizada, o viés historiográfico abordado durante décadas sempre partiu do colonizador, em uma perspectiva mais eurocentrada (MORSE, 1982).

Tópicos sensíveis como a escrita de uma história pela ótica eurocêntrica atingiu muitas camadas na sociedade latina (MORSE, 1982). No Brasil é possível observar que essa visão perdurou por décadas, atingindo não só o viés histórico, mas cultural do povo. Esse fato é reforçado por Schwarcz (2019) quando afirma que a cultura brasileira se entrelaça com as estruturas autoritárias e os traços históricos de mandonismo e exclusão que moldaram o país.

Esse enraizamento de uma cultura de exclusão foi se propagando em diversos nichos brasileiros, em especial na definição do que era uma identidade nacional e conseqüentemente do que deveria ser o patrimônio cultural brasileiro (GONÇALVES, 1996). Ao acionarmos neste texto as noções de memória, história e narrativas, rapidamente conseguimos também correlacionar com a construção do patrimônio no Brasil, isto porque no campo patrimonial existem tensões tais quais na escrita da história sobre a cidade. O patrimônio aparece como aquilo que deve ser ou não guardado para as gerações futuras e nos faz refletir sobre qual história queremos contar.

No Brasil o ideário de cultura para construção de um espólio do patrimônio nacional se iniciou com o poeta Mário de Andrade em seu anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPHAN no ano de 1936 (CHUVA, 2009). A ideia de Mário, entretanto, era democrática demais para as políticas do Estado Novo, o poeta que na época já havia escrito Macunaíma trazia em sua bagagem a visão do Brasil miscigenado, da cultura das três raças (branco, indígena e negro), e acreditava na união do erudito com o popular para a criação de uma identidade nacional democrática (SALA, 1990).

Para Schwarcz (2019) essa visão de uma miscigenação tranquila trazida por Mário de Andrade era muito otimista para a realidade brasileira. Mesmo assim, nas décadas de 1930 e 1940 a ideia da união dos “três povos formadores do Brasil” foi amplamente divulgada, sendo consolidada por Gilberto Freyre até mesmo nos circuitos internacionais nos estudos sobre “raça”.

Ainda que essa ideia da cultura das três raças fosse em partes muito positiva, o que foi absorvido pela política estatal da época do anteprojeto de Mário de Andrade diferia muito do

que ele propôs para a criação do SPHAN, e se afastava ainda mais de uma noção democrática de patrimônio. Se a crítica na fala de Mário de Andrade poderia existir pela “inocência” no pensamento de uma coexistência “feliz” das três raças, passou então a existir pela limitação do que de fato se tornou o SPHAN e a legislação proposta a época.

No ano de 1937, logo após a contemplação do anteprojeto de Mário de Andrade, foi de fato criado o SPHAN pelo Estado Novo brasileiro através do Decreto-Lei nº 25, que também definia o que era o patrimônio brasileiro e criava categorias para reconhecimento e proteção dos bens patrimoniais através do tombamento (CHUVA, 2009). Porém, o texto final do Decreto-Lei nº 25 muito diferia do texto original de Mário de Andrade, e Sala (1990) nos explica o motivo:

O que caracteriza o projeto autoritário do nacionalismo brasileiro do Estado Novo é a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e dos líderes da pátria a base mítica de um Estado nacional forte e poderoso. Isso difere bastante das preocupações centrais de Mário de Andrade, que buscava as raízes mais populares e vitais do povo, através do estudo da cultura de seus diversos estamentos sociais [...] A proposta de Mário de Andrade em seu anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional era de âmbito bastante extenso, tentando preservar a totalidade de nossos bens culturais [...] (SALA, 1990, p. 21).

Para Sala (1990) além da falta de fidelidade do Decreto-Lei perante ao anteprojeto de Mário, enquanto instrumento estatal ele também era uma expressão dos teóricos e propagandistas fascistas do Estado Novo, haja vista que a lei pouco se articulava com as demais etnias brasileiras e nada foi mencionado a respeito dos indígenas ou negros. Dessa maneira, a norma priorizava apenas a função do bem cultural material “no duplo sentido de cooptar elites dominantes proprietárias ou de passado ligado a esses bens e de utilizar a função teatral da monumentalidade arquitetônica transformada em símbolo da pátria”(SALA, 1990, p.25). Ou seja, a priorização de bens, como diz Fonseca M. (1997), de cunho monumental, que são caracterizados pelo valor estético ligado às artes de influência portuguesa.

Essa política patrimonial, que se iniciou em um contexto histórico distinto do atual regime democrático, ressoou de maneira igualmente autoritária por algum tempo. O contexto ditatorial diz muito sobre o desdobramento da construção desse patrimônio, isso porque os decretos-leis, assim como o Decreto-Lei nº 25, são práticas de ordenamento jurídico muito comuns de processos autoritários. A nossa atual Constituição já não permite mais decretos-leis, que foram estabelecidos nos períodos de repressão brasileiros (entre os anos de 1937 a 1946 e de 1965 a 1988, contextos de ditadura). Essa prática político administrativa embora ainda possua vigor jurídico, foi fruto de determinações sem participação da sociedade, e os resultados disso foram políticas afirmadas em decisões centralizadas que favoreciam uma classe econômica específica (BENTO, 2004).

Gonçalves (1996) afirma que o texto original do Decreto-Lei nº 25, sem levar em consideração suas normativas acessórias, não privilegia nenhum bem fora do escopo monumental. Fonseca M. (1997), ao discorrer sobre o início das atividades do SPHAN, comprova que a aplicação do Decreto-Lei privilegiou o reconhecimento de bens arquitetônicos com caráter

monumental, em especial bens remanescentes da arte colonial brasileira, como o barroco. Chuva (2009) traz dados observando a concentração nos tombamentos de valor arquitetônico, revelando que essa prática monumentalista iria perdurar dos anos 1930 até meados dos anos 1960. Esses anos de prática monumental iriam provocar escanteio de muitos bens históricos genuinamente importantes para o espólio do patrimônio brasileiro.

Estabelecendo o ano de 1938 como marco, podemos usar como exemplo desse apagamento provocados por essa política a cidade de Oeiras no Piauí, objeto de estudo deste artigo. Oeiras, assim como Ouro Preto/MG, foram inventariadas pelo SPHAN no ano de 1938, logo após o Decreto-Lei nº 25 (BARRETO, 1975). As visitas a essas cidades eram fruto de uma ação do Estado brasileiro para catalogação dos bens nacionais. Dessa forma, agentes foram enviados por todo território brasileiro em busca de reconhecimento desses bens. Entretanto, a visão monumental permitiu que à época apenas cidade de Ouro Preto fosse tombada com Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Brasileiro (BRASIL, 2024). Considerando que, conforme Santos P. (2008), Oeiras e Ouro Preto foram umas das primeiras vilas do Brasil, sendo fundadas em 1695 e 1698, respectivamente, o que aconteceu no processo de reconhecimento dessas cidades que fez a cidade de Ouro Preto ser priorizada?

Não é de todo verdade que Oeiras não foi valorizada: alguns monumentos considerados como remanescentes da presença portuguesa no Brasil foram tombados em isolado no ano de 1939 (LIMA A., 2022). Entretanto, o conjunto urbano de Oeiras não teve o mesmo valor urbano atribuído ao conjunto de Ouro Preto, e isso nos faz refletir os motivos. Na fotografia abaixo é possível fazer um comparativo entre as duas cidades e perceber que a cidade de Oeiras era formada de um espólio arquitetônico menos rebuscado, com muitas características de uma arquitetura sertaneja. Já a cidade de Ouro Preto, por fazer parte do circuito da exploração mineradora do Brasil no século XVII, era mais “erudita”, com características de um barroco à brasileira e muitos remanescentes artísticos ditos mais importantes para as décadas de 1930 e 1940 (SANTOS P., 2008).

Figura 1: Ouro Preto (Praça Tiradentes) e Oeiras (Praça das Vitórias) ambas no ano de 1938.



Fonte: BRASIL, 2024.

A percepção patrimonial da época não permitia entender que mesmo que Oeiras tivesse uma conformação estética mais “simplória” do que a de Ouro Preto, outros aspectos históricos, além da arquitetura, eram relevantes naquele contexto urbano. Esse tipo de olhar como política do órgão de preservação brasileiro colaborou para que durante décadas coisas

históricas ligadas às classes populares fossem deixadas de lado. O apagamento não ocorreu apenas com a arquitetura, mas também com as manifestações de patrimônio imaterial que demoraram pelo menos mais 60 anos após a criação do SPHAN para terem uma normativa própria de registro.

O monumentalismo como política de uma unidade de cultural nacional teve seus reflexos de exclusão. As coisas patrimoniais ligadas aos povos originários brasileiros e aos povos de matrizes africanas pouco foram reconhecidas nos primeiros 50 anos de atuação do Serviço do Patrimônio no Brasil (CHUVA, 2009). Embora após os anos 1960 o patrimônio brasileiro começasse a “mudar de cara”, a ideia de reconhecimento de apenas bens com caráter excepcional criou décadas de apagamentos quando observamos a real história brasileira, em especial para aqueles bens considerados de menor valor.

Aloísio Magalhães, designer gráfico e ativista cultural brasileiro, ao discursar em uma comunicação do Conselho Federal de Cultura do Rio de Janeiro em meados da década de 1980, já apontava os prejuízos causados pelo entendimento de reconhecimento apenas do patrimônio dito com erudito. Sua maior crítica estava na homogeneidade cultural dos bens tombados, que pouco representavam a diversidade cultural do brasileiro. Para o ativista, muitos outros teóricos do patrimônio estavam a reclamar das perdas sofridas pelo patrimônio e pela falta de valorização dos bens. Entretanto, a população pouco se identificava com os bens tombados e por isso esses tenderiam mesmo a desaparecer por falta de interesse social (GONÇALVEZ, 1996).

A retórica da perda do patrimônio estaria sendo ineficaz quando não se entendia o valor do que se está perdendo pois, para Aloísio Magalhães, o que de fato importava em uma comunidade não era o valor atribuído pelos técnicos à materialidade de uma igreja, por exemplo, mas o valor social daquela edificação para os grupos que a utilizavam. Magalhães ia mais a fundo em sua crítica ao apelar para que países latinos de colonização europeia comesçassem a reclamar sua origem latina de fato, deixando de lado a ênfase na cultura colonialista para de fato perceber qual a verdadeira cultura nacional (GONÇALVEZ, 1996). Embora este seja um discurso proferido há 40 anos, permanece bastante atual e vai ser propulsor de algumas mudanças nos anos seguintes durante as décadas de 1980 e 1990.

Um marco nessas mudanças é a própria Constituição Brasileira de 1988. Com ela, o entendimento do patrimônio brasileiro se resignificou em parte, isso porque passou a ser tratado no texto constitucional como patrimônio cultural e não mais como patrimônio artístico e histórico. Essa mudança epistemológica deu abertura para o início de um processo de democratização no reconhecimento desse patrimônio (NOCE, 2024). Nos anos subsequentes da década de 1990, o IPHAN também passaria por uma resignificação da sua atuação, a iniciar pela presença de novos técnicos com formações diversas, historiadores, antropólogos e arqueólogos que trouxeram uma visão mais abrangente do patrimônio (CHUVA, 2009).

Conclusivamente, os fatos expostos nesse tópico nos fazem entender o patrimônio brasileiro como um campo de disputas. Por um lado, existe a disputa pela memória a fim de impor uma narrativa única de compreensão do passado; por outro lado há também a necessidade de dominação do espaço da cidade. Dessa maneira, a memória surge como objeto e objetivo nas lutas políticas e sociais: é através dela que, destacando-se alguns elementos e se apagando outros, os interesses para construção da história da cidade são firmados. Para Morse (1982), o comportamento servil da América Latina, muito comum das colônias europeias, foi essencial na formação das políticas públicas latinas e, por que não, também das políticas patrimoniais.

MEMÓRIA E SILENCIAMENTO: 75 ANOS DE ESPERA EM OEIRAS

O município de Oeiras fica localizado no sertão do Estado do Piauí, a 282km da capital Teresina, na Região do Vale do Canindé (PIAUI, 2022). A área é de muita relevância geográfica por conta do seu relevo acentuado. Oeiras foi criada no meio da caatinga nordestina ainda como Vila da Mocha, no ano de 1695, e passa por um longo período de construção da sua identidade enquanto cidade histórica (KNOX, 1986).

Oeiras foi a capital do Piauí entre os anos 1762 e 1852, época em que o município viveu seu auge econômico até que, em 1852, por intenção de aproximar o comércio do Piauí com o Maranhão, a capital foi transferida para a Vila do Poty, atual cidade de Teresina (KNOX, 1986). Foram esses 90 anos como sede do governo piauiense que permitiram a Oeiras a criação do seu acervo arquitetônico e histórico que posteriormente seria palco de questionamento e disputas patrimoniais.

Figura 2: Estado do Piauí com a localização de Oeiras.



Fonte: PIAUÍ, 2022, com modificações da autora.

Por ter sido capital e após um tempo ser substituída, Oeiras sofreu um longo processo de estagnação. Alguns escritos apontam que a cidade permaneceu em “baixa autoestima” e se fechou para o desenvolvimento. Entre 1852 e 1930, a antiga Vila da Mocha experimentou tempos de esquecimento dentro do próprio Estado. Oeiras buscava se preservar ao máximo para mostrar sua eficiência como antiga capital, enquanto os olhares das políticas públicas do Piauí passavam a focar no norte do estado. Foi só após a década de 1930 que a cidade começou a recuperar seu ânimo com as políticas do Estado Novo que trouxeram modernizações urbanas e energia elétrica para cidade (QUEIROZ, 2010).

Um dos eventos que marcou a cidade nesse período foi a visita do arquiteto Paulo Thedim Barreto, em 1938, a Oeiras. Barreto (1975) esteve na cidade a serviço do SPHAN e se mostrou muito surpreso com a arquitetura exclusivamente encontrada no sertão do Piauí, o que rendeu na época uma publicação na Revista do Patrimônio sobre a arquitetura piauiense. Embora isso tenha lhe chamado bastante atenção e tenha sido fonte de pesquisas, o resultado do levantamento de Barreto (1975) em Oeiras teve resultado diferente das descrições do arquiteto. Para efeitos de reconhecimento patrimonial nada do que Barreto (1975) escreveu sobre os longos telhados, as alvenarias de barro e os pilares de madeira de carnaúba foi levado em consideração. Lima A. (2022) relata que o que de fato foi visto como relevante para o SPHAN naquela época foram três monumentos escolhidos para o tombamento em 1939: a Ponte Grande sobre o rio Mocha, a Igreja Nossa Senhora das Vitórias e o Palácio Episcopal que, de acordo com os inventariantes, são prédios testemunhas do processo de colonização e claramente se afastavam de uma arquitetura tradicional piauiense. Para o próprio Barreto (1975), essa típica arquitetura religiosa produzida no Piauí era pobre em estilo e em materiais construtivos, mas também merecia destaque por apresentar características portuguesas e jesuíticas.

Figura 2: Bens tombados em Oeiras em 1939.



Fonte: LIMA A., 2022, com modificações da autora.

A atuação do órgão de serviço patrimonial brasileiro demorou quase 40 anos para voltar ao Piauí. Isso porque durante os anos de 1930 e 1970 ainda predominava uma ideia de que o patrimônio nacional deveria ser pautado pela excepcionalidade arquitetônica, coisa que claramente faltava em Oeiras (CHUVA, 2009). Apenas em 1976, a partir do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH-NE), Oeiras volta a ser estudada pelos técnicos do IPHAN, que embora tenham produzidos bons relatórios sobre a cidade e seu processo de degradação, pouco se mobilizaram para fazer frente a uma tentativa de reconhecimento do conjunto urbano de Oeiras como patrimônio cultural (IPHAN, 2009).

As décadas de 1980 até início dos anos 1990 continuaram sendo de apatia para com o patrimônio histórico de Oeiras. Durante esses dez anos, o IPHAN não esteve atuante no estado e a velha capital continuava com o sentimento de esquecimento e com muitos pedidos de atenção por parte dos intelectuais da cidade que, sempre que podiam, posicionavam-se fervorosos em busca de um reconhecimento nacional da antiga Vila da Mocha (LIMA A., 2022).

Um desses intelectuais que muito lutaram pela cultura de Oeiras foi Possidônio Queiroz, que era oeirense, além de músico, professor e advogado, tendo dedicado a vida a romancear a antiga capital. Vez ou outra em seus escritos sobre a cidade, que muito se concentraram na década de 1970 e 1980, Possidônio gostava de retratar a vida cotidiana de Oeiras e alfinetava a sociedade piauiense que tanto virava as costas para o seu passado (NASCIMENTO, 2013). Para Rego (1997) não só Oeiras era esquecida, como o próprio Possidônio foi caindo em esquecimento ao envelhecer. Já não ressoava com mais forças as reclamações do velho romancista sobre o abandono da cidade mãe do Piauí. Entretanto, a gentileza descritiva de Queiroz mostrava a sensibilidade que talvez faltasse nos órgãos de preservação ao olhar para Oeiras:

Ao tempo não havia iluminação elétrica. A urbe era aclareada por candeeiros a carboreto. Na antiga Praça do Mercado havia diversos. Na porta de nossa residência tínhamos um poste. Era eu o encarregado de acendê-lo. Nas noites de plenilúnio, dispensava-se a iluminação. Lá do alto, do céu da Velhacap, a então formosa virgem navegadora da amplidão, celênica, imensurável, redonda hóstia de luz, se debruçava carinhosamente sobre o nosso casario, e o revestia de luz suave, aumentando o contorno das figuras fazendo parecer visagens em coisas simples, aos olhos espantados dos jovens namorados (QUEIROZ, 198-, apud LIMA R., 2017, p. 38).

Não sabemos se as reclamações de Possidônio de Queiroz e de tantos outros intelectuais que militavam pela cultura piauiense nessa época fizeram efeito. Entretanto, em 1989, como um

impulso de alguma forma “fazer mais” pela região Nordeste, o maranhense e vizinho de Estado José Sarney resolve promulgar a Lei nº 7.745, que transforma Oeiras em Monumento Nacional (LIMA A., 2022). Sarney, que na época era presidente do Brasil, tem suas raízes ancestrais em Oeiras, sendo descendente do Visconde da Parnaíba, ou simplesmente Né de Sousa, como era conhecido o vaqueiro oeirense que governou o Piauí por 20 anos durante o século XIX e participou de muitas tratativas de construção da velhacap (Fonseca B., 2017). Não é possível afirmar com certeza que Sarney tenha promovido Oeiras a Monumento Nacional por querer privilegiar suas origens; a verdade é que o feito provocou muita movimentação na sociedade e, por alguns anos, o povo de Oeiras estava convencido que Sarney havia tombado a cidade e dali em diante tudo mudaria.

Entretanto, com o decorrer de mais uma década, nada de novo veio a acontecer em Oeiras, pois a lei sancionada por Sarney pouco dava “poderes” a Oeiras, muito menos a aproximava das políticas de preservação da época, e era apenas um título *pro forma*.

Sobre os processos de reconhecimento entre 1970 e 1990, Fonseca M. (1997) discorre que houve no Brasil muitas ampliações do conceito de patrimônio que poderiam permitir também modificar a ótica dos tombamentos. Entretanto, em nível federal esses novos conceitos não eram assimilados. Essa falta de compreensão de novas práticas respingava nos processos de tombamento. Entre as décadas de 1970 e 1990, muito menos da metade dos processos foram finalizados: grande parte ficou em análise. Isso ressoava como uma dificuldade da instituição de não só dar continuidade aos pedidos de tombamento como de também propor novos. Fonseca M. (1997) nos faz refletir que não era apenas o entendimento técnico que dificultava o tombamento de Oeiras, as questões internas de operacionalidade do órgão de preservação federal também eram preponderantes. Durante os anos já expostos, muitos pedidos de tombamento partiram da sociedade civil. Porém, a falta de critérios técnicos na maioria das vezes impedia a continuidade do processo.

Para Pereira (2017) o que viria após os anos de 1990 descritos por Fonseca (1997) seria ainda um pouco pior para as pequenas cidades brasileiras. Nesse período o IPHAN incorporou ainda mais a seleção de bens dentro dos parâmetros arquitetônicos e acentuou-se na instituição valores pautados pelo neoliberalismo e pelo capital, o que reforçava as disputas de dominação do território da cidade. Esse patrimônio como resultado mercadológico só vai perder força no começo dos anos 2000 quando o IPHAN começa a assimilar lentamente uma política de reconhecimento do processo de construção cultural do território brasileiro.

Em Oeiras, finalizados os anos 1990, recaía novamente na cidade o sentimento de impotência, até que no ano de 2002, 13 anos após a Lei nº 7.745, o Programa Monumenta é lançado pelo Governo Federal e elegem a cidade para participação. Uma das atividades desse projeto era o restauro de alguns centros históricos brasileiros, fossem tombados ou não. Oeiras recebeu bastante incentivo do Programa Monumenta, tendo recebido verba para o restauro de algumas edificações e pavimentação de ruas do centro histórico (LOPES, 2019).

Dessa forma, a cidade voltava a respirar otimismo com as políticas do Governo Federal, e os jornais piauienses noticiavam com alegria as obras do Monumenta.

Lopes (2019) afirma que o Monumenta foi importante para finalmente promover o tombamento de Oeiras, pois permitiu mais visibilidade para o centro histórico, principalmente com as publicações do IPHAN sobre a concretização dos resultados. Entretanto, o que de fato foi relevante para acelerar o tombamento foi o estabelecimento de uma Superintendência Regional do IPHAN no Piauí em 2005 e a criação da Rede do Patrimônio no Piauí.

Para Pereira (2017) o contexto do tombamento de Oeiras vai correr dentro do período de atuação do IPHAN que aconteceu entre 2000 e 2015. Nesse momento, o órgão começava a entender o patrimônio de maneira mais ampla: não eram mais entendidos bens como isolados, mas sim bens dentro da realidade geográfica e histórica em que estavam inseridos. Lopes (2019) afirma que esse período foi de expansão das atividades do IPHAN, principalmente na região Nordeste.

Para Figueiredo e Filho (2010) a existência de uma sede do IPHAN no Piauí, junto com a Rede do Patrimônio piauiense, chamou atenção para o fato de que o Estado tinha pouquíssima representatividade em bens tombados pelo IPHAN, o que revelava também a baixa atuação do órgão. Assim, em um esforço de “recuperar o tempo perdido”, o IPHAN/PI iniciou no ano de 2008 os estudos para tombamento de algumas cidades piauienses, incluindo Oeiras. Esses estudos eram pautados em uma narrativa muito diferente daquelas usadas para os tombamentos de valor excepcional e monumental. O Dossiê de Tombamento de Oeiras buscava esmiuçar as particularidades da cidade sem muito aproximar-se com as construções históricas sulistas do patrimônio do café e do ouro (IPHAN, 2009).

A narrativa para o tombamento de Oeiras foi pautada em uma construção de identidade regional, iniciando pelo estado do Piauí como um todo e posteriormente focando nas peculiaridades da urbe, como o seu desenho urbano colonial, suas construções históricas e a presença forte das danças e festas que compunham seu patrimônio imaterial. Assim, aceitando o Dossiê proposto pela sede piauiense, finalmente, no ano de 2013, o IPHAN tomba Oeiras como Conjunto Histórico e Paisagístico (IPHAN, 2009).

Figura 3: Centro Histórico de Oeiras.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Após 75 anos de espera, contando desde a presença do SPHAN em 1938, o tombamento de Oeiras surge como um horizonte promissor. Mesmo que a demora possa ter provocado degradações do centro histórico e até mesmo desânimo na população, o entendimento atualizado do IPHAN permitiu que uma cidade antes colocada como de menor valor pudesse décadas depois ser revista.

O tombamento tardio de Oeiras traz consigo uma epistemologia descentralizada no processo de construção do patrimônio brasileiro, sendo um exemplo esperançoso de atualização nas políticas públicas. A mudança de postura do IPHAN permitiu que novos discursos fossem adotados pelo patrimônio piauiense. A história de Oeiras, portanto, pode ganhar mais um capítulo que muito se difere daquele construído anteriormente pelos discursos de poder do monumentalismo. O que era considerado muito simplório pode se ressignificar para ganhar pertinência própria dentro da realidade nordestina da construção de cidade e identidade.

Relembrando pontos abordados anteriormente, as questões de identidade e memória da cidade acabam se entrelaçando com patrimônio cultural e com o ato do tombamento, pois ao mesmo tempo que ele reflete tradições, também desempenha um papel crucial nas transformações sociais e urbana. A relação do patrimônio reconhecido oficialmente vai além da conexão com o passado, e tangencia a vivência atual dos espaços da cidade (CHIANA; RAFAEL, 2020). Entretanto, mesmo que o tombamento de Oeiras tenha se apresentado como positivo, depois de tantos anos, em estudos pós tombo observou-se que há muito do que se falar sobre a manutenção desse tombamento, e como ele também promoveu a exclusão de algumas manifestações culturais da cidade.

DESAFIOS PÓS TOMBAMENTO

Durante o processo de tombamento de Oeiras muitas coisas foram observadas a fim de justificar a escolha da cidade como Conjunto Histórico e Paisagístico. Para além do sítio urbano, o IPHAN catalogou a forte presença de manifestações culturais na cidade e inventariou essas manifestações em 2013. Esse olhar para o imaterial foi muito influenciado pela já existência do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de

Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (LOPES, 2019). Embora o IPHAN já tivesse a sensibilidade de observar essas novas formas de patrimônio, como o imaterial, ao finalizar a normativa referente ao conjunto urbano de Oeiras apenas os bens arquitetônicos receberam atenção. A poligonal de tombamento do sítio, e as demais instruções criadas a serem obedecidas pelos moradores locais, privilegiavam a conservação arquitetônica e suas características formais, mesmo que durante a construção do processo do Dossiê as danças e festas tenham sido colocadas como preponderantes para a justificativa de Oeiras enquanto cidade patrimonial (IPHAN, 2009).

O lugar de Oeiras descrito pelo próprio IPHAN ia muito além da cidade física e se aproximava de tantas outras dimensões do povo da cidade. Esse lugar, que conforme o Dossiê, é de grande importância histórica e paisagística, preserva vivas tradições e manifestações culturais ricas e antigas do Brasil, combinando aspectos sagrados e profanos, eruditos e populares. Entre elas, está a Missa dos Vaqueiros, em que os vaqueiros entram em comitiva na cidade para homenagear Nossa Senhora das Vitórias, pedindo bênçãos e proteção. As procissões e 120 festas católicas anuais movimentam as ruas, como a Semana Santa, a Festa do Divino e a Festa da Conceição, misturando ritos apostólicos romanos com expressões populares, renovando as promessas e esperanças dos fiéis. No Largo do Rosário, antigo bairro negro, acontece a Dança do Congo, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Além disso, o Bem e o Mal são simbolizados no sítio arqueológico do Pé de Deus e do Pé do Cão, reforçando uma tradição transmitida pela credence popular (IPHAN, 2009).

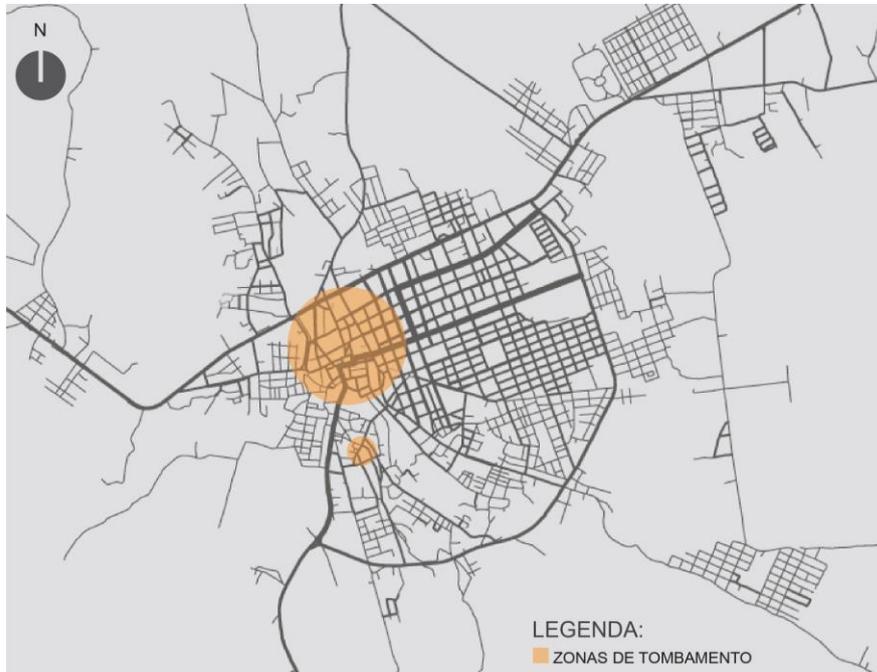
Observando os mapas abaixo é possível ter uma noção da zona urbana de Oeiras e o que foi escolhido para o tombamento. O sítio histórico em sua totalidade abrange todas as construções históricas que foram catalogadas. Entretanto, muitos outros bens ficaram à margem desse tombamento, ou por estarem fora da poligonal de tombamento, ou por terem natureza imaterial. Apesar da questão imaterial sobressaltar ao analisarmos a desatenção na definição do tombamento de Oeiras não foi só essa a dimensão deixada de lado. De fato, sítios arqueológicos também estão fora da poligonal (IPHAN, 2009).

A justificativa utilizada no Dossiê (IPHAN, 2009) no momento do tombamento para priorização do bem material era que, privilegiando o contexto urbano, tantas outras manifestações que estivessem relacionadas à historicidade de Oeiras também seriam preservadas juntos. Em partes imaginamos que sim, que não seja impossível dissociar o lugar de atuação dessas manifestações com a sua existência. Porém uma vez que esses costumes são mantidos vivos pela oralidade, é fácil inferir que, muito mais que a conservação da cidade, é necessária a preservação da tradição desses grupos.

Ao finalizar a leitura de todo o processo de tombamento da antiga Vila da Mocha fica claro que, mesmo com a ressignificação da cidade perante o IPHAN, dentro do microcosmo de Oeiras alguns apagamentos também existiram em detrimento da materialidade do patrimônio arquitetônico e urbano. Essa prática não deixa de ser comum quando analisamos

a história da preservação do Brasil. Após a consolidação de Oeiras como sítio urbano, muitas publicações, inclusive em parceria com o IPHAN, foram feitas a fim de registrar algumas das manifestações culturais de Oeiras. Mas, a título de reconhecimento formal, nenhuma delas recebeu registro até o momento.

Figura 4: Mapa de Oeiras assinalando a região de tombamento.



Fonte: IPHAN, 2009, com modificações da autora.

Figura 5: Mapa da Poligonal de Tombamento do Centro Histórico de Oeiras.



Fonte: IPHAN, 2009, com modificações da autora.

Estudos pós tombamento reforçam que a tradição oral presente em Oeiras ia além das poucas identificadas pelo Dossiê. Dentre essas que deixaram de ser citadas estavam os

autores populares, repentistas e cordelistas de Oeiras que possuíam um vasto acervo de escritos sobre a cidade e que sempre focavam em temas como: memória, patrimônio e religiosidade, questões que também foram trabalhadas pelo Dossiê (MORAIS; LOPES; OLIVEIRA, 2016). A citação a seguir reitera como a oralidade ultrapassa a importância material do sítio urbano:

Além do tombamento do conjunto urbano a cidade apresenta um leque de possibilidades de pesquisa, devido as suas manifestações culturais. O título de capital da fé se manifesta nas celebrações religiosas que há mais de dois séculos são realizadas na cidade, como a Procissão de Bom Jesus dos Passos, uma via sacra em estilo português; a Procissão do Fogaréu, a Festa do Divino espírito Santos e os Congos de Oeiras. É onde a cidade deixa de ser um traçado ou um simples cenário para personalizar-se como lugar da vida carregado de afetividades (MORAIS; LOPES; OLIVEIRA, 2016, p. 11)

Vital e Newton (2024) vão além da oralidade e promovem uma crítica pelo apagamento da cultura de matriz africana presente em Oeiras. Os autores defendem a tese de que o bairro chamado Rosário foi o primeiro da cidade e ao longo dos anos foi se estabelecendo como um bairro de negros, inicialmente pela forte presença de escravizados e posteriormente por seus descendentes. O bairro Rosário é em partes reconhecido pelo IPHAN exclusivamente pela presença da Igreja do Rosário dos Pretos, que inclusive entra na poligonal de tombamento. No entanto, a história negra que envolve o local e a construção da igreja como defendem Vital e Newton (2024) é mencionada em apenas uma frase pelo Dossiê.

Figura 6: Grupo do Congo de Oeiras na frente da Igreja do Rosário.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Santos P. (2008) reforça o que diz Vital e Newton (2024) ao afirmar que a irmandade do Rosário no Brasil colonial era uma organização religiosa dos pretos, por isso que é muito comum que em cidades coloniais brasileiras existam igrejas do Rosário ou do Rosário dos pretos. Em Oeiras não era diferente. Embora não deixe de citar rapidamente algumas influências de matrizes africanas como a presença da Dança do Congo de Oeiras, o Dossiê não se aprofunda nessas questões, deixando claro em suas justificativas que a conformação urbana de Oeiras tem claras influências portuguesas.

O apagamento da memória negra no Brasil reflete um processo histórico de marginalização cultural e invisibilidade, reforçado por práticas que negligenciam a herança cultural

afrodescendente. No contexto de Oeiras, a invisibilidade cultural é evidenciada na ausência de políticas públicas que valorizem os patrimônios materiais e imateriais ligados à comunidade negra, como o bairro do Rosário. Assim, essa marginalização cultural é fruto de um racismo estrutural que exclui o povo negro das narrativas históricas oficiais e dos processos de patrimonialização, refletindo em desigualdade. Superar esse ciclo requer uma abordagem decolonial, capaz de resgatar memórias e construir uma identidade coletiva inclusiva, conectando passado e presente. A superação desse capítulo de esquecimento é importante para o Brasil e toda a América Latina colonizada (SANTOS A., 2024).

Em resumo, o pós tombamento de Oeiras não foi unicamente satisfatório. Embora a cidade ansiasse por esse tombamento há décadas, sua realização deixou lacunas, que só foram observadas alguns anos depois com uma visão mais madura do que de fato foi o tombamento da cidade e de quais outros apagamentos ainda continuaram reverberando. O patrimônio imaterial e as manifestações de matrizes africanas ainda ficaram por esperar.

CONCLUSÃO

A análise sobre o processo de tombamento de Oeiras evidencia um cenário complexo de marginalização e seletividade nas políticas patrimoniais do Brasil, que historicamente privilegiaram bens monumentais de influência eurocêntrica. Durante décadas, a antiga capital piauiense foi colocada em segundo plano por conta de sua arquitetura considerada "simplória" e pela ausência de elementos que se encaixassem nos critérios de valor patrimonial adotados pelo IPHAN. Esse processo, pautado pelo monumentalismo, reforçou apagamentos históricos, especialmente em cidades como Oeiras considerada por mais de 70 anos como um lugar de menor valor patrimonial. Esse caso é importante para se entender os impactos de narrativas de poder na construção do patrimônio cultural e da identidade da nação.

O tombamento tardio de Oeiras, revela mudanças significativas no olhar do IPHAN, que passou a adotar uma abordagem mais abrangente e sensível às realidades regionais. Todavia, mesmo com o reconhecimento atual, ainda existem exclusões como a ausência de um registro formal das manifestações culturais imateriais da cidade e de reconhecimento da cultura afrodescendente. Esse fato reflete as lacunas nas políticas públicas de preservação, que muitas vezes priorizam a materialidade em detrimento da dimensão imaterial. Superar essas limitações exige uma epistemologia descentralizada que valorize as histórias apagadas. O caso de Oeiras aponta para a necessidade de uma reflexão sobre os critérios de valorização do patrimônio.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Paulo Thedim. **Piauí e A Sua Arquitetura**. In: *Arquitetura Civil I: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* São Paulo: FAUUSP e MECIPHAN, 1975. P.191-219.

BENTO, Maria Aparecida Silva. "A Consolidação das Leis do Trabalho e o Estado Novo: uma análise histórica e jurídica". **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 123-142, 2004.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHIANA, Luciana; RAFAEL, Ulisses Neves (Orgs.). **Cidades, memórias e patrimônios**. São Cristóvão: Editora UFS, 2020.

CHUVA, Márcia Regina. **Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire; FILHO, Dalmo Vieira. PINHEIRO, Rede do patrimônio cultural do Piauí. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra C. A. (Orgs.). **Tempo, memória e patrimônio cultural**. Teresina: EDUFPI, 2010.

FONSECA, Bruno. **Herói da independência do Piauí é quinto avô de Sarney e teria passado escravizador**. Agência Pública, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/11/heroi-da-independencia-do-piaui-e-quinto-avo-de-sarney-e-teria-passado-escravizador/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1996.

IPHAN. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras: Dossiê de Tombamento**. Teresina: IPHAN/MinC, 2009.

KNOX, M.B. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Comepi, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, Ariane dos Santos. **A Capital da fé e os momentos de patrimonialização em Oeiras - PI**. 2022. 273p. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LIMA, Rodrigo Marley de Queiroz. **“Do alforje da memória”: Possidônio Queiroz, Oeiras (PI) e as narrativas de si**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.

LOPES, Daniel Barreto. **A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Tombados Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan (2006-2012)**. 2019. 123p. Dissertação de Mestrado - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2019.

MAPAS temáticos do Piauí. **Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí**, Piauí, 25 de mar. de 2022. Disponível em: <<http://www.seplan.pi.gov.br/mapas.php>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MORAIS, Marluce Lima de; LOPES, Fábio Estefanio Lustosa de Brito; OLIVEIRA, Sandra Helena Andrade de. Oeiras: uma memória viva. **Contraponto: Revista do Departamento de História do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 5, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2016.

MORSE, Richard M. **El Espejo de Próspero: Cultura y Ideas en la América Latina del Siglo XX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Oeiras por meio das cartas de Possidônio Queiroz**. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 10, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2013. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 20 nov. 2024.

NOCE, Umberto Abreu. **Por uma perspectiva decolonial do patrimônio cultural brasileiro**. *Virtuajus*, v. 9, n. 16, p. 23-32, 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/32931>. Acesso em: 25 nov. 2024.

PEREIRA, Danilo Celso. A cidade-patrimônio de Oeiras-PI e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no século XXI. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 9, n. 16, jan./jul. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15210/rmr.v8i14.7485>. Acesso em: 20 nov. 2024.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Imagens de Oeiras**. In: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Do Singular ao Plural*. Recife: Edições Bagaço, 2010.

RÊGO, Expedito. Possidônio, o esquecido. In: **Possidônio Queiroz**. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995..

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 31, p. 19–26, 1990. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i31p19-26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70041>.. Acesso em: 25 nov. 2024.

SANTOS, Amanda Camargo dos. **Invisibilidade do patrimônio cultural negro: uma análise do documentário AmarElo - É tudo pra ontem**. 2024. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Relações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: IPHAN, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VITAL, Emanuel; NEWTON, Rogério (Orgs.). **Negras e Negros do Rosário**. Teresina: Nova Aliança, 2024.